



# Anais da Assembléia

N° 117

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DULIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 09: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes**: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 08: Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes**: Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 02: Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 80.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pu-dell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregone-se, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Severino Félix (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Eurides Moura, Toti Colaço e Rossoni (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. DOMINGOS CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - A

Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, declino da verificação de votação, vendo que há número para continuação da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3143

Senhor Presidente.

A Comissão de Saúde Pública por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 206/92, que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Paraná, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XIII, combinado com o Art. 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne V. Exa. encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde Pública, para que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca do aspecto da matéria.

Sala das Sessões, em 25.08.93

(a) DOMINGOS CARVALHO  
Presidente

REQUERIMENTO Nº 3177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco das Proposições nºs 034/93 e 040/93 constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25.08.93

(a) OSWALDO TREVISAN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 448/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Ambientalista Bandeira Verde, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.93

(a) EMILIA BELINATI

## JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a Associação Ambientalista Bandeira Verde, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado. Entidade sem fins lucrativos que se empenha pela consecução dos seus objetivos: defender o meio ambiente, o uso racional dos recursos naturais, promover projetos e campanhas educacionais, lutas pela preservação do patrimônio paisagístico, histórico, arqueológico etc.

## PROJETO DE LEI N° 449/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibido no âmbito do Estado do Paraná, às empresas prestadoras do serviço particular de ensino, em todos os níveis, a vedação de ingresso aos alunos cujas mensalidades estejam em atraso.

Art. 2° - O acesso dos estudantes em débito com as escolas particulares de ensino somente será objeto de proibição mediante sentença de execução judicial transitada em julgado.

Parágrafo Único - Os diretores das escolas particulares, que descumprirem o estabelecido no "caput" deste artigo, estarão sujeitos à prisão em flagrante delito e terão cassada a permissão para exploração da atividade.

Art. 3° - Nenhum dirigente escolar poderá utilizar os intervalos entre as aulas, ou mesmo interrompê-las para dar informes ou transmitir comunicados relacionados a débitos com a escola.

Art. 4° - As escolas particulares se obrigam a encaminhar seus comunicados diretamente aos pais ou responsáveis dos alunos, sendo proibida a utilização dos estudantes para a remessa de avisos de qualquer natureza aos pais ou responsáveis.

Art. 5° - As escolas prestadoras de serviço particular de ensino em todos os níveis, estão sujeitas às seguintes penalidades caso transgridam a presente Lei:

I - Pena de advertência e multa equivalente a 100 UFEPR's, por aluno impedido de freqüentar as aulas;

II - Pena de suspensão temporária das atividades, por 60 (sessenta) dias, e multa equivalente a 1.000 (mil) UFEPR's no caso de reincidência;

III - Pena de interdição definitiva da escola e pagamento de multa no valor de 10.000 (dez mil) UFEPR's caso a escola tenha infringido duas ou mais vezes o disposto nesta Lei.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

Não tem lógica nem sentido, num país onde os índices de analfabetismo e de abandono escolar é alarmante, escolas particulares de ensino, vedarem o acesso aos alunos que, eventualmente, acham-se em atraso com as mensalidades escolares, às vezes por motivos altamente justificáveis.

É comum por parte das escolas particulares proibição de ingresso aos alunos com mensalidades em atraso, e a pressão nesse sentido torna-se maior por ocasião da realização das provas.

O presente plano de lei pretende coibir tal procedimento e, principalmente, evitar as situações de constrangimento a que são submetidos alunos cujas mensalidades acham-se em atraso, colocados invariavelmente em situação humilhante perante os demais colegas de classe, levando-os inclusive ao desestímulo de freqüentar os bancos escolares.

## PROJETO DE LEI N° 450/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a União das Entidades Ambientais do Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

## JUSTIFICATIVA:

A UNEAP - União das Entidades Ambientais do Estado do Paraná vem desenvolvendo atividades em todo território paranaense, congregando o Grupo Ecológico dos Campos Gerais (Ponta Grossa), que hoje responde pela Secretaria Executiva; a Associação de Defesa e Educação Ambiental, de Cascavel; a Associação Mater Natura, de Curitiba; a Associação Bandeira Verde, de Londrina; a Associação Patobranquense do Meio Ambiente, de Pato Branco; o Clube Excursionista Face Verde, de Londrina; o Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas, de Ponta Grossa, devendo ainda a ela vir a se integrar outras entidades voltadas ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, fundamentado no desenvolvimento autosustentável.

Com sede em Curitiba, a UNEAP consolidou-se como o órgão máximo de representatividade e apoio às atividades ambientalistas em nosso Estado, referendado em permanente atuação na conscientização de se preservar o meio ambiente e a ações reconhecidas nacional e mundialmente.

Ao exposto, solicitamos o inestimável apoio dos nobres Deputados com assento nesta colenda Casa de Leis, confiando na aprovação do proposto.

PROJETO DE LEI N° 451/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Ortigueira, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Ortigueira, que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma associação, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente.

Fundada em 22.04.1971 e com personalidade jurídica desde 01.09.1989, a APMI de Ortigueira vem, ano a ano, crescendo em suas atividades de assistência social e proteção aos mais carentes do município. Durante o ano de 1992, conforme relatório anexo, foram atendidas: a) 190 famílias de mães gestantes e lactantes, com alimentos, enxovais para bebê e distribuição de leite; b) 20 famílias de baixa renda com roupas e agasalhos; c) 12 famílias com cursos ministrados na Oficina Comunitária, de corte e costura em malhas para mulheres e adolescentes de baixa renda; d) 60 mães gestantes e lactantes com triagem e palestras; e) doação de material escolar a 120 crianças e afinal; f) 20 atendimentos a crianças deficientes físicos e 35 atendimentos a adultos deficientes físicos.

Assim, dado o seu caráter assistencial e, portanto, sem fins lucrativos, as despesas em geral vêm sendo mantidas através de contribuições e promoções da comunidade, um esforço de dedicação daqueles que, à testa da sua administração, objetivam contribuir para uma sociedade melhor e mais humana.

Isto posto, considerando que a APMI de Ortigueira, vem cumprindo as reais finalidades para as quais foi criada, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o parlamentar com o apoio de seus pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 452/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR Municipal com sede e foro no Município de Ortigueira/Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.08.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR Municipal de Ortigueira, sediado à Rua Farroupilha, s/n° no Jardim Alvorada, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidade filantrópica.

Fundado em 20.02.1992 e com personalidade jurídica desde 09.04.1992, tem por objetivo a promoção e a valorização da pessoa humana, o atendimento à criança carente, idosos e deficientes além de promover a integração do programa com órgãos oficiais que atuam no campo social, visando o melhor atendimento às entidades sociais.

Assim, dado o seu caráter assistencial, o PROVOPAR Municipal de Ortigueira tem suas despesas em geral mantidas através de contribuições e promoções da comunidade, um esforço de dedicação daqueles que, à testa da sua administração objetivam contribuir para uma sociedade melhor e mais humana.

Isto posto, considerando que o PROVOPAR Municipal de Ortigueira vem cumprindo as reais finalidades para as quais foi criado, nada mais justo que seja reconhecido de Utilidade Pública para cuja proposição conta, este parlamentar, com o apoio de seus pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1° orador inscrito, Senhor Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Ontem a Rede Globo iniciou a minissérie "Agosto". Esta minissérie deve trazer fatos importantes da política brasileira, creio eu, desconhecidos da maioria da nossa população e, principalmente, das novas gerações.

Quando se fala em mês de agosto, acho que a maioria pensa que talvez esta minissérie trata da morte de Juscelino Kubitschek, que ocorreu no mês de agosto de 1976, ou da renúncia de Jânio Quadros, que ocorreu no dia 25 de agosto de 1961. Esta minissérie fala, na verdade, dos fatos ocorridos em agosto de 54; fatos que culminaram com o suicídio de Getúlio Vargas.

Todos sabem que Getúlio Vargas, na maior parte, que ele ocupou o Poder como ditador, sendo derrubado em 1945, voltando às eleições pelo voto popular em 1950. Naquele tempo fazer oposição não era fácil. Mas surgiu um grande opositor de Getúlio Vargas que era o Senhor Carlos Lacerda, através do Jornal "Tribuna da Imprensa". Carlos Lacerda não deixava escapar nada dos movimentos realizados por Getúlio. E, com isto, foi gerando um movimento nos bastidores, nos porões do Palácio contra esta atitude do Carlos Lacerda, gerenciado pela figura legendária de Gregório, que culminou com os fatos ocorridos na Rua dos Toneleiros, cuja vítima acabou sendo o Major Rubem Vaz.

Aqui temos que pensar no suicídio de Getúlio. Por que Getúlio suicidou-se? Porque estava na iminência de perder o poder, pelo que aconteceu na Rua dos Toneleiros? Ou porque Getúlio, acostumado com o poder, homem que vivia superior aos demais, como um semideus? E isto tudo naquela madrugada fatídica?

A grande verdade com tudo aquilo que aconteceu surgiu a Nação acompanhando Carlos Lacerda e demais lideranças políticas somente ligados à Aeronáutica naquela época contra o Senhor Getúlio Vargas. Getúlio via então um sonho que transformava em realidade e acabou acontecendo. Na madrugada fatídica de 24 de agosto o seu suicídio. Assim que ocorreu o suicídio de Getúlio, mudou. Grande parte dos seus adversários que o combatiam, foram chorar no seu velório. Getúlio que estava em baixa durante aqueles dois últimos meses, agora já morto, transformou-se num herói, num mártir e esse gesto de Getúlio, esse suicídio de Getúlio, teve uma influência muito grande, no que seguiu-se na política brasileira dos anos seguintes, porque o seu Partido, naquela época o PTB, que hoje não vejo muita relação do PTB atual com o PTB de Getúlio, passou como fator decisivo nas eleições. Jucelino Kubitschek foi eleito com o vice João Goulart que era do PTB e assim por diante. Mais uma vez o PTB também influenciou nas eleições presidenciais de 60. Espero, meus caros Deputados que essa minissérie da Globo seja o motivo que está me trazendo aqui a esta Tribuna e venha esclarecer fatos que ocorreram naquela ocasião, levar luz, levar conhecimento principalmente às novas gerações e espero que os fatos não venham mais uma vez distorcidos para fazer a "cabeça" de nossos telespectadores e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente a palavra está com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente e Senhores Deputados.

Seria demagógico da minha parte, por eu estar no Partido Trabalhista Brasileiro, falar de Getúlio Vargas e seria incoerente também, concordar com o que diz o Deputado Domingos Carvalho. Concordo em parte com o seu pronunciamento. Não só a Globo. A Globo está apresentando uma minissérie, quero dizer, até fantástica sobre o mês de agosto. Mas a Rede Manchete ontem, se o Sr. não teve oportunidade de assistir, apresentou ontem grande documentário, documentário de verdade. A Rede Manchete ontem deu um banho de jornalismo no Brasil, ao apresentar uma sequência de depoimentos de jornalistas credenciados. A Rede Manchete nos deu a oportunidade de rever Tancredo Neves, chorando no caixão de Getúlio Vargas. A Rede Manchete nos deu a oportunidade de rever Carlos Lacerda e a sua oposição também ditatorial naquela época que eu era criança, mas já acompanhava a política brasileira, ouvindo meu pai comentar quem era Lacerda, quem era Adhemar de Barros. Ontem revi com muito saudosismo e me lembro quando eu era criança, quando eu vi pela primeira vez o grande Governador Adhemar de Barros e grandes lideranças ontem, nesse banho de jornalismo que a Rede Manchete deu à Nação brasileira.

Não podemos nos esquecer, Deputado Domingos, que existe e vai existir sempre as grandes forças ocultas em qualquer regime, seja ele ditatorial, democrático sempre existe uma determinada classe, seja ela elitista ou dominante que quer de uma maneira ou de outra retroceder a democracia de um País.

Não adianta, Getúlio morreu, Getúlio deu fim na sua própria vida, mas não podemos esquecer que foi Getúlio que criou os direitos trabalhistas deste País. A legislação mais moderna do meu País foi criada por Getúlio Vargas; o salário mínimo e aquilo que Getúlio criou permanece até hoje no verdadeiro trabalhismo brasileiro, que pregam os verdadeiros partidos políticos como o PDT, como o PT e todos os outros que têm dado a sua vida pelo trabalhismo brasileiro. Criou a PETROBRÁS, a CSN. Se eu fosse enumerar aqui o que eu vi ontem na Rede Manchete foi uma aula. Foi uma aula que me deixou paralisado; foi um grande espetáculo de jornalismo que a Manchete mostrou ao Brasil, sem desmerecer a Rede Globo que está apresentando uma grande série, mas só que ontem a Manchete mostrou uma série de seqüências e documentários em preto e branco que retratam a história que vem lá do começo e trouxe até o dia que o Brasil inteiro chorou a morte de Getúlio Vargas. Foi o maior enterro da história política deste País. Não teve ne-

nhuma cidade neste País, não teve nenhum Estado nesse País que não chorasse, tanto a mãe negra, a mãe branca, o operário da fábrica. Todo mundo foi ao enterro, foi a maior massa humana que a Manchete mostrou ontem e que realmente me deixou sensibilizado. Como Getúlio foi amado, foi querido, foi idolatrado neste País.

E aí, permita-me meu querido Deputado irmão Domingos eu vi que também a Globo pode mostrar alguns pecados, a Manchete também mostrou alguns pecados. Os pecados que me refiro e que V. Exa., poderá a Globo mostrar, mas isso a Manchete também mostrou ontem, o problema do Gregório, a história fantástica. Mas o que eu senti em todo o comentário da Rede Manchete de Televisão, foi aí que vi um ponto de interrogação, um ponto de exclamação que veio a minha cabeça. Em qualquer governo democrático, porque na época que ele morreu ele foi levado ao Governo pelo voto popular. Depois teve Eurico Gaspar Dutra, Jucelino Kubitschek que deu seqüência ao plano elaborado deixado por aquela bala na sua cabeça.

Mas quero dizer a V. Exa. e a todos aqui, que realmente Getúlio marcou uma época da minha vida. Quando eu era criança estava em Guararapes no Estado de São Paulo, num jardim e vi que o comércio inteiro fechou. Criança eu ainda vi a Rádio Difusora noticiando: "Acaba de morrer Getúlio Vargas". Parece que o Brasil inteiro emudeceu. Então Getúlio pode ter tido os seus problemas, os seus erros, os seus entraves, os seus desencontros - quem não os têm? Se teve Collor, se teve Sarney, se teve tantos outros Presidentes neste País. Por mais que você lute, por mais que mostre a Globo, por mais que mostre a Rede Manchete de televisão, por mais que mostre a TV Educativa que também assisti um outro documentário a respeito da vida de Getúlio Vargas, a TV Record também apresentou, por mais, Deputado Domingos, vamos ter hoje, amanhã e sempre forças ocultas que queiram, de uma maneira ou de outra, derrubar, violentar, assassinar, acabar com qualquer tipo de democracia brasileira.

Só quero deixar registrado que V. Exa. tem razão. Essa minissérie poderá apresentar os defeitos, mas também temos que apresentar as qualidades. E a Rede Manchete, ontem, apresentou a qualidade e os defeitos. E a maior qualidade que a Rede Manchete apresentou ontem, foi que Getúlio Vargas foi um pai para a família brasileira. Foi Getúlio quem criou a mais moderna legislação trabalhista que é hoje doutrinada, inclusive, pelo partido dos Trabalhadores, que é doutrinada pelo PDT, que é doutrinada também pelo PMDB, que é doutrinada por qualquer partido político desta Casa. Temos o orgulho, se hoje o Trabalha-

dor brasileiro tem direito de vir a esta Casa exigir os seus direitos, isto é uma marca que foi deixada e patenteada por Getúlio Vargas, não pelo Partido Trabalhista Brasileiro, pelo homem Getúlio Vargas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - No Pequeno Expediente o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não poderíamos, na palavra do nosso Líder Paulo Maia e através da nossa pessoa, deixarmos de registrar na data de hoje, na pessoa de um ilustre Deputado que passou por esta Casa, que deu mostras de seu trabalho em favor dos menos favorecidos deste Estado e que foi um dos maiores Getulistas deste Paraná e desta Nação, o homem que aprendeu com Getúlio Vargas aquilo que é mais essencial na função política, qual seja, de atender os anseios dos mais necessitados - da sua comunidade, do seu Estado e da sua Nação. Refiro-me ao ex-Deputado, ao grande amigo Domício Scaramella que se aqui estivesse presente no nosso mundo material, o Domício, tenho certeza, e ali está o Annibelli, aqui estaria o Domício encampando aquele pronunciamento do nosso amigo Domingos. Se associando naquele pronunciamento vibrante do Luiz Carlos Alborghetti e testemunhando aos jovens que hoje ocupam funções públicas, aos servidores do Tribunal de Justiça, de Poder Executivo, de Poder Legislativo e ao trabalhador brasileiro que ainda existem seguidores, homens associados àquele espírito imortal do Getúlio a fazer com que aquilo que, nesta Casa, no dia de hoje, iríamos dar ao Tribunal de Justiça. Queríamos nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dar ao Poder Executivo e ao Poder desta Casa aquilo que lhe é de direito, que lhe é digno, de dar um salário que dê sustento a uma casa, à saúde e, principalmente, a uma educação aos seus filhos. Esse salário miserável que hoje é instituído em todo o solo pátrio é uma vergonha a todos nós homens públicos desta Nação.

E nos associamos neste dia àquelas palavras ditas e principalmente aquele espírito público de Getúlio Dorneles Vargas: "Falta vergonha aos homens que dirigem esta Nação. Falta decência àqueles que manipulam o salário mínimo desta Pátria".

Foi tirado do meio dos trabalhadores o Sr. Ministro do Trabalho. Quando ele trocou de posição, quando ele saiu do meio em que vivia - que era no meio dos trabalhadores - e ascendeu ao cargo de Ministro, ele passou realmente a estudar os números. E vemos, hoje, o Sr. Barelli se associando aos interessados não sei de quem. Mas dando as

costas à classe trabalhadora desta Nação.

E nós que ocupamos função pública não poderíamos em nome do PDT deixar aqui registrado o espírito de Domício Scaramela, o espírito de muitos getulistas, o espírito do maior líder desta classe trabalhadora que realmente nos reverenciamos através da ~~nossa~~ palavra.

Mas o segundo assunto que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, usando já o Horário da Liderança do PDT que já nos passou o tempo destinado ao Pequeno Expediente, eu queria continuar a dizer que na minha cidade quando denunciemos aqui aquele superfaturamento que existia na construção de casas populares e mais precisamente no Conjunto Santa Bárbara, onde já nas mãos da Justiça, com o depoimento da Caixa Econômica de Ponta Grossa, dizendo ele textualmente do superfaturamento feito naquelas casas e fazendo com que realmente alguém fosse identificado como culpado. A população, os trabalhadores não tendo onde morar invadiram o conjunto. Aqueles que estavam inscritos, aqueles que estavam identificados como proprietários daquelas casas, invadiram mesmo as casas estando sob a proteção de uma decisão judicial.

E mais precisamente ontem, Srs. Deputados, o Juiz da 4.<sup>a</sup> Vara Cível, Dr. Toledo deu uma decisão na qual a evacuação deve ser feita dentro de um limite de prazo que a lei estipula e se não for cumprida que seja requerida a força policial para tirar aquela gente, que sonhou com a casa própria, que os ladrões desta Nação levaram para o exterior o dinheiro e vão ser jogados no olho da rua, porque a Justiça, infelizmente, cumpre o seu papel, faz valer a lei e tem ao seu lado realmente o respaldo de que aquela determinação possa ser cumprida.

Eu indago aqui esta Casa e a imprensa aqui credenciada: aquelas pessoas, milhares delas, onde irão morar? Onde irão parar? Onde irão fazer a comida para os seus filhos? No meio da rua? Sem condição alguma? Por uma injustiça que campeia impune neste Paraná e neste Brasil!

A vergonha desta Nação está estampada na Caixa Econômica, no Ministério de Ação Social, na Dona Rosane Collor que roubou o dinheiro das crianças do Brasil e levou não sei para onde, porque só na Casa da Dinda não foi todo o dinheiro! O Sr. PC Farias, que hoje todos nós reclamamos a eficiência e principalmente a honestidade da Polícia Federal, para ser demonstrada na prisão deste maior ladrão da Nação!

Voltando às casas populares, qual será o destino daquelas milhares de famílias? Alguém construiu! Alguém superfaturou! E ninguém é identificado. Troca de diretor da Caixa, continua o processo. Sai um diretor nomeado, entra outro, continua o

processo! As Casas lá estão. O Conjunto Verona, de mais de 300 casas, tem 5 ocupadas. O resto, todas abandonadas, porque a prestação inicial do trabalhador que ali quer ir morar ascende a 8 mil cruzeiros reais! Qual o trabalhador que pode?

E as casas pequenas, de 24 m<sup>2</sup>! Casas que não têm condições humanas para uma família ali morar! Casas onde as crianças e as mulheres deitam e os homens têm que ficar em pé, na cozinha, porque não cabem! Quando começam, realmente, condição pela qual aqueles construtores deveriam ir morar com as suas famílias, em 24 m<sup>2</sup> para ver se há condição humana de ali se assentarem com seus familiares.

Queria convidar aqueles senhores construtores, aqueles diretores da Caixa Econômica, para que fossem viver, em condições subumanas, na qual encontram-se milhares de famílias, não só na minha cidade de Ponta Grossa, mas assentadas em todo o Estado do Paraná.

Queria, neste instante, finalizar a nossa participação, aqui, dizer aos sindicalizados da justiça, que aqui se encontram, que o PDT sempre esteve ao lado e estará ao lado das causas justas! A nossa Bancada se associando às demais Bancadas, que realmente se interessam pelas posições que assumimos.

Estivemos, agora, antes de iniciar a Sessão, participando da reunião da Comissão de Finanças, aonde colocamos nosso parecer, sendo favoráveis à reivindicação dos salários dos senhores funcionários do Tribunal de Justiça, pedido feito pelo Sr. Ronald Acioly, Presidente do Tribunal de Justiça, que deu mostras da sua sensibilidade, de ser um homem altruísta, que realmente, como uma família do Judiciário, ele quer levar a Justiça do Paraná aonde ela merece e deve ter o direito.

E nós, desta Casa, Sr. Presidente, ao apoiarmos e votarmos favoravelmente, queríamos que este benefício fosse estendido em situação idêntica aos Srs. funcionários desta Casa e do Poder Executivo deste Paraná!

E, ao finalizar, Srs. Deputados, não poderíamos deixar como quando iniciamos, que aqui reina aquele espírito do Domício Scaramela, aqui se encontram aqueles getulistas investidos em diversos Partidos. A sigla partidária do PT, do PTB, do PP, do PDT nosso, do PMDB e até do Bloco Independente, a sigla, realmente, não muda o coração! O coração é um só! É o coração do Brasil! É o coração do trabalho! É o coração da honestidade! É o coração do propósito! É o coração daqueles que realmente querem construir alguma coisa! E para este Brasil melhor, para os nossos filhos, para os nossos netos e principalmente para aqueles que serão os ocupantes das nossas



funções de hoje é que queremos que esta espiritualidade, a favor do trabalhismo, continue perene e perpétua, no meio desta Casa e principalmente nas ações dos Srs. Deputados deste Paraná.

Com muito bom gosto, concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu me associo às palavras de V. Exa., e quando diz, de fato, do momento histórico do trabalhismo brasileiro, V. Exa. se refere, inclusive, ao Projeto do funcionário do Poder Judiciário, que se encontra hoje para votação. Quiçá eles possam sair daqui com ares de alegria, mas pelo que vemos também sairão com ar de tristeza porque os boatos são de que tentarão derrubar esse projeto que lhes concede, nada mais, nada menos, do que as condições mínimas de sobrevivência.

Queremos já deixar registrado e, com certeza, eles terão aqui, como sempre tiveram, os votos da Bancada do PDT.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço o ilustre Deputado Paulo Maia.

Finalizo, uma vez mais, dizendo que esta data será sempre lembrada, rememorada e eternizada para a história desse País e para exemplo desse mundo que, mesmo sendo, às vezes, coagido, Getúlio Vargas sempre esteve, como sempre estará ao lado dos trabalhadores desse Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente e Senhores Deputados.

Quero, na tarde de hoje, reproduzir termos da denúncia que fiz chegar ao Ministério Público, como também ao Secretário de Estado do Trabalho, e exigir as necessárias providências do Governo do Paraná.

Faço aqui a leitura de Relatório de Visita Parlamentar ao Educandário, nesta Capital.

Instados por Sua Excelência Governador do Estado a averiguar a procedência de denúncia de prática de violência contra menores internos no Centro Correccional do Estado, os Deputados Estaduais Neivo Antonio Beraldin, Cleiton Kielse Crisóstomo e Luiz Henrique Bona Turra - adiante subscrito - visitaram na tarde do dia 16.07.93 as instalações do Educandário São Francisco.

Em especial deferência da Governadoria, a Comissão Parlamentar, embora não oficialmente designada pela Assembléia Legislativa, teve seus trabalhos acompanhados

por Policiais Militares da Casa Militar.

A visita iniciou-se às 17h30min, sem prévia comunicação à direção do Educandário. O Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Deputado José Durval Mattos do Amaral, designou para representá-lo o Diretor Administrativo da Fundação de Ação Social do Paraná.

Os primeiros contatos da Comissão foram feitos junto ao pessoal da cozinha do Educandário, inclusive junto a internos que ali atuavam, ainda sem a presença da direção do Educandário. Aos parlamentares disseram as senhoras cozinheiras que os internos eram bem tratados, opinião partilhada pelos menores internos que auxiliavam os trabalhos de cozinha.

Logo após, veio encontrar-se com a Comissão o Diretor do Educandário, Coronel reformado Benur Augusto Muniz, dispondo-se auxiliar nas demais fases da visita.

Após, dirigiu-se a Comissão ao salão onde se encontravam em forma, sentados ao chão, a quase totalidade dos menores internos. Trancorridos alguns minutos de indefinição, dirigiu-se aos menores o parlamentar que o presente subscreve, apresentando-se e aos demais e dizendo dos objetivos da visita. Houve também manifestação dos demais parlamentares, sempre no sentido de obter a confiança dos menores para a tomada de relato das condições materiais e existenciais no Educandário.

Em seguida, solicitou-se ao Diretor e demais instrutores que deixassem o local, a fim de que os menores pudessem livremente expressar-se. Houve reação pretextando problemas de segurança, aspecto que se deu por superado em face da presença do pessoal da Casa Militar. Ainda assim, houve manobra objetivando manter entre os menores, e confundindo-se com eles, alguns instrutores, tendo tal intento fracassado pela ação firme da Comissão em parceria com os menores e o pessoal da Casa Militar.

Iniciou-se então o diálogo com os menores, que teve duração de aproximadamente 01 (uma) hora. Vários relatos coincidiram com a denúncia de prática de violências contra os menores internos, em especial à conta do pessoal de serviço noturno. Todos confirmavam sevícias e humilhações a que são submetidos os menores em faltas disciplinares, sempre definidas a critério subjetivo dos instrutores. Nestes casos, há o recolhimento do menor à cela no pavimento superior, com a recorrência de castigos físicos e, entre estes, banhos com água gelada durante a madrugada e espancamentos com uso de instrumentos de madeira.

Mais de um menor alegou ter sofrido



tais castigos físicos, conquanto apenas dois apresentassem marcas, inclusive na cabeça. Segundo eles, os banhos gelados, além do castigo que em si representam, dissimulam as demais aflições a que estão sujeitos.

Não bastasse os relatos verbais, por indicação de menor entre os presentes, o Parlamentar que o presente subscreve localizou em sala contígua ao salão cerca de 08 (oito) pedaços de pau com uma das pontas mais grossa que a outra (cacetes ou porretes de madeira), alguns inclusive com cordões de nylon para fixar o instrumento ao pulso.

Os referidos instrumentos foram recolhidos e, à vista dos menores, anunciou-se sua apreensão, fato objeto da mais intensa e alegre comemoração.

Entre os menores havia dois portadores do vírus da AIDS, ambos destinatários de tratamento e instalados em quarto conjunto separado. Havia também outro portador de enfermidade renal, que reclamou de dificuldades em recompor-se em função de castigos vez ou outra recebidos.

De modo geral, não houve reclamação quanto à quantidade e qualidade da alimentação, como ainda houve consenso favorável quanto às atividades de educação pelo trabalho.

As demais etapas da visita revelaram condições materiais bastante razoáveis do Educandário, desde as instalações físico-prediais até os estoques de alimentação, vestuário, equipamentos e meios em geral de educação e trabalho.

Concluída a visita, travou-se à saída áspero diálogo entre a Comissão e a Direção do Educandário. Pouco antes, empenhou-se a Direção em apresentar a relação quantitativa de delitos cometidos pelos menores internos, forma sutil de fazer reduzir o peso das denúncias que por certo receberá a Comissão.

Quanto à apreensão dos instrumentos de madeira, a confirmar seu uso pelo pessoal da instituição, disse o Diretor não responsabilizar-se pelo que viesse a ocorrer naquela noite diante das notícias que a equipe noturna receberia das ações promovidas pela Comissão. Mais além, protestou o Diretor contra o que entende ser excesso de direitos assegurados aos menores pelo Estatuto.

Em resposta, o Parlamentar adiante assinado colocou termo à controvérsia afirmando que em face do flagrante de delito contra direitos humanos consagrados estavam criadas as condições de voz de prisão ao Diretor e seus auxiliares e que o Estatuto aí está para ser rigorosamente cumprido pelos agentes administrativos.

Logo após a visita de inspeção da Comissão ao Educandário, fez-se reunião com

o Governador do Estado. Os membros parlamentares da Comissão não estiveram de acordo quanto ao que viram e ouviram, ficando este Parlamentar em avaliação minoritária pela imediata substituição do Diretor e demais agentes auxiliares.

Em decorrência da falta de visão unânime dos parlamentares e da prevalência da perspectiva de que os relatos dos menores deveriam ser balanceados com os da direção, decidiu Sua Excelência Governador do Estado por determinar urgência urgentíssima para a conclusão do inquérito administrativo instaurado pelo Secretário do Estado do Trabalho e da Ação Social e por determinar à Casa Militar que convocasse os inquinados agentes daquele Educandário a prestar esclarecimentos diretamente ao Chefe da Casa Militar. A última medida objetivava conter eventuais excessos que pudessem ser praticados até a conclusão do inquérito.

Na verdade, a ausência de consenso entre os membros da Comissão e a visão que por fim nela prevaleceu terminou por adiar decisão que o próprio Governador do Estado já tomara antes da visita e do relato que recebeu da Comissão Parlamentar.

Conclui-se, finalmente, que há evidente incongruência entre as condições materiais e existenciais no Educandário. Estas são marcadamente inferiores às aquelas e no centro desta contradição está uma crise de direção do estabelecimento, daí o imperativo de sua imediata substituição. É o Relatório ao Ministério Público.

Curitiba, 02 de agosto de 1993.

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA  
Deputado Estadual"

E quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, registrar aqui e que este apelo chegue ao Governador do Estado, tendo já transcorrido mais de um mês desde esta visita, conquanto tenha o Secretário de Estado do Trabalho, há cerca de dez dias revelado a decisão de proceder a substituição de direção daquele educandário, as medidas imperativas para o caso presente, até agora não foram adotadas, e que registre a Casa o apelo e que este seja um apelo da Assembléia Legislativa do Estado ao Governador e ao Secretário de Estado do Trabalho, pela imediata substituição do diretor daquele educandário, a fim de que possam fazer prevalecer os direitos humanos, os direitos das crianças e dos menores que, ainda que infratores, não podem ser alcançados pela violência e pela barbárie praticada por agentes administrativos do Estado. É o registro, é a denúncia, é a comunicação.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença em Plenário, do Prefeito de São

Pedro do Iguçu, Senhor José Mendes e ainda de Dona Elisete Maria, esposa do Prefeito de Tupãssi e assessora Evani Mene-gotto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Encer-rado o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente ao Sr. Depu-tado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Se-nhores Deputados, na última sexta-fei-ra, nós fomos surpreendidos na Cidade de Cascavel, por matérias veiculadas numa te-levisão local e num órgão de imprensa de grande abrangência na região, dando conta da prisão de 5 trabalhadores rurais sem-terra, dentre eles, o vereador do Partido dos Trabalhadores do Município de Ibema. Assistimos estarecidos e indignados esses 5 companheiros sendo profundamente achaca-lhados na sua imagem como cidadãos, como homens, principalmente o Vereador que é uma autoridade no município, por detrás das grades, sendo acusado de crimes e tra-tado como bandido.

O que é mais grave, Sr. Presidente, é que nós conseguimos identificar por trás dessa prisão, uma farsa que imaginávamos que o exemplo de Ferreirinha tivesse bani-do dos costumes da política paranaense.

Vou esclarecer aos Srs. Tenho em mi-nhas mãos, a cópia da petição que o promo-tor público da Cidade de Catanduvas justi-fica a prisão de cinco trabalhadores. Os cinco trabalhadores foram acusados por um outro integrante de um outro acampamento de sem-terras, onde eles conviviam, de es-tarem esses cinco trabalhadores que são integrantes do movimento, ameaçando a fa-mília desse trabalhador, inclusive com ameaças de morte. A situação que de fato ocorreu, foi que no acampamento dos sem-terras havia um cidadão, um mau elemento infelizmente infiltrado no meio dos demais trabalhadores, que não se submetia ao Re-gimento Interno desse acampamento, Regi-mento Interno que visa resguardar os prin-cípios da luta, do movimento e a convivên-cia entre as pessoas que convivem no acam-pamento. Esse trabalhador que foi expulso do acampamento, arrendava as suas terras para terceiros que é algo que o movimento não pode admitir, porque o movimento, luta por terra para que as pessoas possam nela trabalhar e jamais que a reforma agrária se transforme numa luta para conquista de títulos ou de terra, para depois se transformarem em um negócio. É fundamental que o movimento preserve esse princípio que é a própria razão da sua existência e a legitimidade do seu movimento, que busca exatamente o direito à vida, ao trabalho, à proteção. Este mesmo elemento andava ar-mado pelo acampamento, ameaçando pessoas,

ele impedia que outros trabalhadores pas-sassem pelo seu pedaço de terra para irem trabalhar. Em cima destes fatos, numa as-sembléia coletiva do movimento, este tra-balhador foi expulso do acampamento por decisão de todos os companheiros que ali conviviam.

Este trabalhador recorreu ao delegado de polícia de Ibema, fez a denúncia inver-tendo os fatos, dizendo que na verdade es-tava sendo ameaçado, estava sendo prejudi-cado. E o delegado de polícia, como era de se esperar, abriu inquérito policial. Mas no inquérito policial, também como era de se esperar, chamasse as pessoas envolvidas para ouvir o outro lado, para ouvir os de-poimentos, ouvir as testemunhas, e somente após isto se efetivamente caracterizava os indícios de algum tipo de violência ou de agressão contra este cidadão, é que o de-legado de polícia poderia solicitar, ao Ministério Público, as medidas cabíveis.

Todavia, esta denúncia feita por um sem-terra acabou, na verdade conduzindo à uma das mais grotescas farsas políticas em nossa Região. E o que é mais grave, com a participação, com a convivência direta de membros do Poder Judiciário, especialmente do promotor público de Justiça daquela ci-dade. O promotor de justiça simplesmente participou de uma armação feita por advo-gados da UDR que estão criando uma série de incidentes na Região, com a participa-ção direta e criminosa do delegado de po-lícia de Ibema, todos eles com o objetivo de denegrir a imagem do PT e criminalizar a luta pela reforma agrária.

Este cidadão, mau elemento que havia sido expulso por decisão coletiva de 140 famílias, foi transformado em vítima e a sua palavra passou a ser suficiente para determinar a prisão de 5 trabalhadores, dentre eles uma autoridade membro do Poder Legislativo Municipal de Ibema que suma-riamente foram colocados na cadeia. Vejam os Senhores, vou ler a petição ponto a ponto, para que possamos compreender a ex-tensão de toda a imaginação criminosa e a farsa que foi montada no Município de Ibe-ma.

Diz o Promotor de Justiça: "O repre-sentante do Ministério Público, no uso de suas atribuições, vem respeitosamente à presença de V. Exa. o Juiz, com base no artigo 1º, Inciso 1º e 3º, letra I, reque-rer a prisão temporária de José Martins, vulgo José Barriga, Jofre Maciel dos San-tos, Sebastião da Rota, José Damasceno" - este é o Vereador - "Antonio Daorta, Darci de Souza, todos de qualificação ignorada" - inclusive o Vereador, conhecido na cida-de de qualificação ignorada - "residentes no acampamento dos sem-terras, na cidade de Ibema nesta comarca, pelo seguinte mo-tivo..." E aí começa a revelar toda a vi-

são que o Promotor Público tem das questões sociais.

"Os referidos elementos são lideranças do Movimento Sem-Terra na região de Ibema e, fazendo uso desta liderança, resolveram se unir em quadrilha ou bando, com o propósito de praticar delitos, invasões de áreas, ameaças, incitação dos demais para a prática de crimes de desobediência, desacato, entre outros." Sem nenhum fato concreto, apenas a opinião do Promotor de que todos são criminosos, bandoleiros e por aí afora. Quer dizer, resgatando o conceito de Washington Luiz, se não me engano que foi o Presidente do Brasil, que disse que as questões sociais do Brasil eram um caso de polícia. Então, esse Promotor ainda resgata toda essa visão social do problema da luta pela terra.

Recentemente referidos indivíduos passaram a ameaçar uma família de sem-terras, sem nominar que é, que reside no acampamento há mais de 4 anos. Intimidaram tal família a desocupar o acampamento onde possuem um pedaço de terra até o dia 21.08.93, sob pena de serem retirados à força. Houve, inclusive, conforme relatou a própria vítima e algumas testemunhas que não aparecem no processo, as quais temendo represálias, e aí começa a farsa. Recusaram-se a se identificar. Promessa de que se a vítima não desocupasse sua área por bem ela seria com a sua família forçada a sair com bala. Conforme contato telefônico obtido com o delegado do Ibema dizendo que já foi instaurado inquérito para apurar a responsabilidade dos fatos. Mas a autoridade policial não consegue progredir nas apurações tendo em vista a pressão feita pelos líderes ora apresentados pelos demais acampados na localidade. Somente com a decretação da prisão temporária que a autoridade policial, e aí está a justificativa da prisão, terá condições de ouvir a testemunha a ser convocada pois assim estarão elas protegidas para prestarem as declarações.

O artigo 1º, Inciso 1º da Lei nº 7960/89 declara que haverá prisão temporária quando imprescindível para as apurações e investigações do inquérito policial. No caso, então, é fundamental a decretação da prisão temporária pelos representados para que as investigações policiais possam progredir de forma natural, e, principalmente para se evitar que nesse final de semana pessoas inocentes venham a perder suas vidas.

Então, essa foi a petição que o Promotor de Justiça encaminhou ao Juiz acusando antecipadamente pessoas da prática de crimes imputando caráter, os mais diversos, as qualificações as mais diversas para esse cidadão sem nenhuma prova nos autos, nem nada.

Agora, o que é mais estranho é que essas pessoas que haviam sido nominadas e que foram presas se apresentaram ao promotor de justiça, convidadas que foram para prestarem esclarecimentos. No momento que se apresentaram foram presas, inclusive, o Vereador.

Pessoas que tinham o endereço conhecido; que tinham trabalho fixo na cidade, inclusive, um Vereador, e essas pessoas foram presas. No momento de sua prisão, imediatamente um canal de televisão da Cidade de Cascavel que tem nos seus quadros um assessor de imprensa da UDR de Cascavel montou uma farsa muito grande. Passa a entrevistar a pessoa que seria vítima, no caso da violência dos sem-terras. Essa pessoa devidamente instruída passa a fazer acusações contra o Partido dos Trabalhadores, acusações contra o Movimento Sem-Terra, de prática de treinamento de guerrilhas, de prática de crimes e uma série de questões e tudo isso vai ao ar para apreciação de 2 milhões de habitantes, que é o território coberto por aquela televisão.

E vejam os Srs. que a prisão desses cidadãos procura justificar pela impossibilidade do delegado de polícia devidamente orientado, instruído pelo advogado da UDR na região, de que os sem-terras impediam a ouvida de testemunhas.

Hoje, eu tenho conhecimento, recebi um telefonema há pouco, que cerca de 300 acampados estão, hoje, defronte à Delegacia de Polícia do IBAMA se apresentando espontaneamente para prestar depoimentos sobre os fatos.

Agora, o que é mais grave, aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que esta situação que está acontecendo em Cascavel não é um fato isolado. A mesma farsa já foi montada quando da morte dos 3 policiais militares e da execução do Líder dos sem-terras, Teixeira. Mais uma vez estava por trás daquele incidente o advogado da UDR, que conseguiu convencer os policiais a ingressarem na área de conflito com os sem-terras à paisana, portando armas, sem se identificarem como policiais. E, segundo algumas testemunhas, um disparo ocorrido talvez no interior do mato, tenha desencadeado o tiroteio entre os policiais e os sem-terras, culminando com a morte dos três policiais e posteriormente à morte dos três policiais acabou justificando a execução de Teixeira por parte da Polícia Militar do Paraná.

Tudo isso com a cobertura criminosa que alguns órgãos de imprensa de Cascavel que têm nos seus quadros de jornalistas, lamentavelmente, pessoas pagas pela União Democrática Ruralista para criminalizar o movimento dos agricultores sem-terras e criminalizar o Partido dos Trabalhadores, como nesta prisão de um Vereador do nosso

Partido.

Agora já soltaram os cinco acusados. O delegado, com certeza, já disse que não consegue ouvir testemunhas, que está satisfeito e não precisa mais da prisão dos cinco sem-terras. Foram e engavetaram o inquérito, e ficará para sempre na opinião pública a idéia de que os cinco, inclusive, o Vereador do PT, eram criminosos. Mais do que isso: nós temos notícia de que este fato é apenas o início de uma nova armação.

Nós hoje inclusive, tememos pela vida do cidadão que acusou os seus companheiros sem-terra. Este cidadão poderá sofrer um atentado contra a sua vida. E aí não fica muito difícil imaginar que naturalmente será imputado aos cinco, que teoricamente o teriam ameaçado, à prática deste crime.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, desta vez não vamos nos calar. Nós vamos exigir da Secretaria de Justiça do Paraná para que seja nomeado um delegado especial para acompanhar este inquérito a fundo! Um delegado que não tenha ligações notórias com a UDR, como é o delegado de Ibema, que não seja um inimigo declarado dos sem-terras, como é o delegado de Ibema. Vamos exigir um delegado especial para ir a fundo, porque nós queremos desvendar mais esta fraude, que tenta-se praticar contra nosso Partido! Nós vamos representar perante o Ministério Público, porque me perdoem, inclusive, os funcionários companheiros do Poder Judiciário, tem muita quadrilha, muito bando, neste País, mas tem criminoso de toga, tem criminoso de todo tipo, com destintivo, também. E têm criminosos que usam do poder que a sociedade lhe deu, para preservar a justiça, a ordem e a lei, e que se arrogam o direito de colocar cinco inocentes atrás das grades, com acusações difamatórias, vergonhosas, caluniosas, atingindo imagem destes cidadãos perante a sociedade, atingindo a dignidade destes cidadãos.

Este promotor de justiça, fiquem certos os Senhores, se houver um mínimo de respeito pelo ser humano, neste País, terá que ser punido exemplarmente pelas calúnias que escreveu nesta petição! Calúnias que foram ditas sem que houvesse um fato concreto apontado! Sem que o nome da vítima constasse, aqui, sem que uma testemunha fosse ouvida e que induziu a erro, na melhor hipótese, a erro o magistrado. Porque um magistrado também que manda para cadeia, como se fosse um bandido foragido, um vereador que é um trabalhador de mãos calejadas de um município conhecido por toda a comunidade simplesmente pela palavra de um pilantra que havia sido expulso pelos seus próprios companheiros, e eu espero que o Poder Judiciário, que o Ministério Público e que a Polícia neste Estado

sigam o exemplo do Movimento dos sem-terra e jogue para fora os seus maus elementos, que sigam o exemplo, é realmente estranho.

Nós do Partido dos Trabalhadores não vamos aceitar mais essa farsa que nós sabemos que está montada para prejudicar o PT nas próximas eleições porque não conseguem mais impedir a ascensão do Partido dos Trabalhadores rumo ao Governo Federal. O PT, graças a Deus, com seus defeitos que tem, mas é um partido que tem sido respeitado pela sua postura ética e moral. Eles não conseguem pegar no rabo do PT e, aí, ficam criando farsas para poder nos acusar no futuro. Isso nós não vamos engolir.

Nós queremos um delegado especial para ir a fundo nesse processo, queremos um promotor isento, queremos um delegado também. Todos eles estão sob suspeitas nesse caso. Interessa ao PT, interessa à sociedade desmascarar a farsa dos inimigos das mudanças nesse País.

Aproveito este momento para exigir aqui deste Tribuna a apuração completa e profunda de um esclarecimento da sociedade sobre tudo o que aconteceu em Campo Bonito com a morte dos três policiais e a execução do líder Teixeira. E por que não se vai apurar isso? Eu sei, Senhores Deputados, nós sabemos. É porque aí, a verdade sendo mostrada, vai acabar com o discurso de muitos políticos com cara de esquerda, com discurso de esquerda, mas que não passa de uma farsa, mais uma que nós temos nesse País. A apuração do que aconteceu em Campo Bonito, a apuração profunda dessas armações, como estão acontecendo em Ibema, vai revelar ligações criminosas entre muita gente nesse Estado: alguns maus policiais, maus promotores, maus juizes, maus advogados.

E nesse País, infelizmente, Senhores Deputados, eu começo a ficar profundamente pessimista. Num País em que as crianças são assassinadas dormindo debaixo de marquise de uma igreja, em que os índios são exterminados, em que o assassino de Chico Mendes foge a pé, em que o PC Farias está gozando, talvez numa ilha do Caribe, do dinheiro roubado neste País, nós estamos pessimistas.

Nesse País, como nós estamos denunciando aqui, em que ladrões, em que quadrilhas de fato estão na direção de grandes empresas públicas e, apesar das denúncias e das evidências, permanecem nos cargos em negociatas envolvendo milhões de dólares, nós começamos a ficar pessimistas, pessimistas, ainda mais, quando parte do Poder Judiciário, quando o Poder Judiciário desce ao nível da corja mais suja que existe no País para se prestar aos serviços de montagens de farsas contra pessoas e lideranças honestas, dignas, verdadeiros patriotas que lutam por um

pouquinho de justiça.

Há pouco o Deputado que me precedeu falava das casas que o povo invadiu para morar. Com certeza serão tratados como criminosos, porque invadiram propriedade alheia. Mas eu dou a minha mão para ser cortada se os criminosos que construíram aquelas casas a preços superfaturados irão para a cadeia. Até quando, Srs. Deputados, nós vamos nos calar perante estes poderes, perante essa direita que inviabiliza este País, esta direita hipócrita que se dá o direito, vejam os Senhores, um promotor de justiça, de tratar lideranças de um movimento social como quadrilheiros, como bando, quando nós temos PC Farias solto, quando nós temos Collor nas praias de Mació.

Perguntava-me um promotor de justiça, quando fui lá conversar com ele; falei: Sr. Promotor, o Senhor que está sendo tão duro com os sem-terra, eu gostaria de saber a situação do processo em que os sem-terra entraram numa casa da fazenda e tomaram armas nas mãos de pistoleiros, armas de grosso calibre, metralhadoras do exército argentino e depois, posteriormente, entregaram essas armas ao Secretário de Segurança. Como está este processo? O fazendeiro está indiciado? Esses que estão armando bandos, milícias particulares que amanhã irão nos assaltar, nos seqüestrar, o que o Senhor está fazendo sobre isto? Ele disse: Olha, foi muito bom o Senhor ter me falado, porque eu tenho também um processo contra os sem-terra por cárcere privado.

Quer dizer, os sem-terra tiraram as armas que estavam ameaçando das mãos dos pistoleiros, metralhadoras, em legítima defesa, para proteger a si e suas famílias, e agora estão sendo acusados de ter colocado os pistoleiros em cárcere privado até que a polícia chegasse e recolhesse as armas.

Então, definitivamente, nós não podemos aceitar isto e não podemos aceitar que inclusive os órgãos de imprensa que têm um poder tão grande na formação da opinião pública se permitam que pessoas a serviço de interesses escusos, de prática de farsas possam continuar a integrar os seus quadros.

E eu quero aqui também fazer um apelo ao Sindicato dos Jornalistas do Paraná que dê uma olhada na prática de alguns, são poucos, é verdade, uma pequena minoria, mas de jornalistas da minha cidade que estão a serviço da mentira, da farsa, da criação de preconceitos, da divulgação da calúnia. E eu entendo que os jornalistas também não podem permitir que colegas seus participem disso.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas reafirmar que no caso de

Ibema, com toda a indignação que nós sofremos hoje, com todas as lesões que a imagem do PT, a imagem dos trabalhadores sofreu neste episódio, eu tenho a certeza de que a apuração profunda neste caso vai revelar a farsa e aí o feitiço voltará contra o feiticeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Bernas Brandão) - Horário das Lideranças: PSDB, BPI, PTB, PFL, PP, PL, PT. (DECLINAM)

PMDB. Com a palavra, Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho aqui, no Horário da Liderança do PMDB, para registrar que amanhã, quinta-feira, dia 26 de agosto o Governador Roberto Requião, juntamente com o Presidente da Ferroeste o vice-governador e Secretário dos Transportes Mário Pereira, inauguram em Guarapuava o primeiro trecho da Ferroeste, uma das importantes obras deste Governo. A Ferroeste, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem a construção da via permanente desse trecho que amanhã será inaugurado - num trecho de 16 km, teve a sua data de conclusão das obras, antecipada em relação ao cronograma físico para garantir o escoamento de 700 mil toneladas/ano, de soja, trigo, milho e farelo de soja com destino ao Porto de Paranaguá.

Ao colocar em condições de trafegabilidade o trecho que o Governador Roberto Requião e também o Presidente da Ferroeste Mário Pereira, inauguram amanhã, dia 26 - quinta-feira, a Ferroeste S/A, garante que o cronograma físico-financeiro global do empreendimento será cumprido integralmente. O assentamento de trilhos e dormentes no trecho Agrária-Guarapuava significou também uma forma de treinamento para o pessoal civil e militar envolvidos na construção da ferrovia até Cascavel.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos a algumas considerações sobre a Ferroeste.

"Criada em março de 1988 para construir uma ferrovia ligando Guarapuava a Guaíra, passando por Cascavel, a Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A é uma empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado.

A construção do trecho de 248 quilômetros até Cascavel está sendo realizada pelo Exército brasileiro, através dos seus Batalhões Ferroviários de Lages (SC) e Araguari (MG), que atuam em quatro frentes de trabalho, localizados nos Municípios de Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Cascavel.

A parceria com o Exército foi firmada num convênio assinado em 29 de junho do ano passado e levou a uma economia de US\$ 40 milhões no custo total da obra.

O Governo do Paraná, com recursos exclusivos do Tesouro Estadual, investiu US\$ 12 milhões na construção do módulo já concluído. No trecho em construção, o Governo paranaense já aplicou outros US\$ 32 milhões, em serviços de terraplenagem, obras de arte especiais e na perfuração do único túnel de toda a ferrovia. O custo total da construção dos 248 quilômetros da primeira etapa (Guarapuava-Cascavel) será de US\$ 200 milhões. Os investimentos até Guaíra chegarão a US\$ 300 milhões, não incluindo o material rodante, que exigirá recursos da ordem de mais US\$ 300 milhões.

A construção da Ferroeste consolida o sistema de transportes no Paraná, ligando o Porto de Paranaguá aos maiores centros de produção agrícola do Estado. Com a ponte sobre o rio Paraná, em Guaíra, a ponte de Capanema, a recuperação da malha viária e a ampliação e modernização do Porto de Paranaguá, obras que exigirão recursos em torno de US\$ 600 milhões de dólares do atual governo - o Paraná terá o corredor de exportação mais eficiente e barato do País. Com preços de frete em torno de 25% mais barato que o transporte rodoviário, a Ferroeste vai garantir o escoamento de 4,9 milhões de toneladas/ano de grãos".

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o registro de mais uma importante obra do Governo Roberto Requião.

O Sr. Colombino Grassano - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu já estava terminando mas fico muito honrado em conceder um aparte a V.Exa.

O Sr. Colombino Grassano - V.Exa. poderia aproveitar esta oportunidade onde faz o registro das obras do Governo para registrar a ausência da sua Bancada, dos Deputados que dão sustentação ao Governo do Estado, para registrar essa ausência para não votar o aumento de vencimentos dos Servidores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Antes da parte material, Sr. Deputado, vamos cuidar da parte humana do Paraná, dos funcionários públicos...

(Aplausos)

É muito mais importante, Srs. Deputados, e eu não falo para a galeria, eu falo para V.Exa. e para a sua Bancada. É muito mais importante o homem que a estrada de ferro.

Ontem se votou aqui, usando de artifício, um requerimento como represália ao Secretário de Segurança Pública porque os

Deputados não foram ouvidos na distribuição dos carros para a polícia. Ontem os Senhores votaram uma represália ao Governo do Estado e ao Secretário de Segurança Pública. E hoje correm do plenário da Assembleia Legislativa para não assumirem a responsabilidade de defender os homens e as mulheres que trabalham no Poder Público: no Tribunal de Justiça, no Ministério Público e no Tribunal de Contas do Paraná.

Esses expedientes não são louváveis.

E V.Exa., sei que, com constrangimento, ocupa a tribuna da Assembleia Legislativa, porque V.Exa. tem um passado a resguardar. Nós temos por V.Exa. grande estima e respeito e até porque não dizer uma grande amizade. Nós Deputados que convivemos com V.Exa. sentimos os seus bons propósitos, seu ideal, seu espírito cívico e principalmente a vontade férrea em defender o seu mandato parlamentar.

Lamentavelmente nesse 25 de agosto estamos sentindo e aqueles que esperavam se beneficiar ou ao menos que se fizesse justiça ao seu trabalho vão sair frustrados desta Casa de Leis, culpando mais uma vez o Poder Legislativo pela sua omissão; mas não vai ser culpado o Poder Legislativo, vamos responsabilizar aqueles que fugiram do plenário, por ordem do seu Líder, para não votar uma matéria do interesse da classe dos Servidores Públicos deste Estado.

Registre-se, Deputado, também essas ausências!

Primeiro o homem...

O SR. LUIZ HENRIQUE B. TURRA (Pela Ordem)

A Questão de ordem consiste no seguinte: procura o ilustre parlamentar Colombino Grassano colocar o PMDB e em especial o conjunto da Bancada de apoio ao governo em confronto com os servidores...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Com a palavra, o Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - O ilustre Deputado Colombino Grassano que logrou obter aos 42 anos de idade, aposentadoria por 36 anos de serviço, portanto, desde os 6 anos de idade é servidor público, claro, como servidor público padrão do Paraná...

O Sr. Colombino Grassano - Senhor Deputado, o Tribunal...

(Vozes paralelas).

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Continua com a palavra o Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Respondo ao aparte do Deputado Colombino Grassano.



Inicialmente agradeço as considerações que faz com amizade. Eu quero dizer também, nobre Deputado, que eu também me sinto honrado em ser amigo de V. Exa., e quanto ao seu aparte, na verdade, ele merece um pequeno reparo. V. Exa., não fez um aparte com respeito ao assunto que era tratado no discurso. Aproveitou a oportunidade para fazer, na verdade, o seu comercial mesmo.

O Sr. Colombino Grassano - V. Exa. sabe que eu não sou de fazer comerciais, Deputado.

Mas vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares. E me trate com o respeito que dedico a V. Exa.,

O SR. OSWALDO TREVISAN - Com respeito ao registro que V. Exa. me pede que faça, eu entendo que se eu o fizesse, eu estaria usurpando o poder da Presidência e é à Presidência quem cabe registrar se há número na Casa ou não. E no mais, entendo que o seu aparte é auto-aplicável. Por si só V. Exa. já fez o registro que me pedia, mas de qualquer modo, agradecido pelo seu aparte.

Prosseguindo Senhor Presidente, eu tenho outro assunto a tratar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Participo V. Exa. que o seu tempo está esgotado e terá um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Então agradeço a V. Exa. e desde logo encerro o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrado o Horário das Lideranças. Passamos à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições nºs 034/93 e 040/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Mesa esclarece ao plenário que adotará a disposição pelo § 4º do Art. 71 da Constituição do Estado, ou seja, a votação será por escrutínio secreto.

Ao ser chamado pelo Sr. 1º Secretário que procederá à chamada nominal duas vezes, o Deputado deverá dirigir-se à Mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Sr. 1º Secretário. A seguir, dirigir-se-á à cabine indevassável, localizada à direita da Mesa, em cujo interior encontram-se cédulas de votação contendo as expressões "SIM" e "NÃO".

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar com as cédulas que contenham a expressão "SIM".

Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "NÃO".

Após haver feito esta opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto, com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que 28 Srs. Deputados votem "NÃO". Conforme previsão da parte final do § 4º do Art. 71 da Constituição Estadual.

Solicito ao 1º Secretário que dê início à chamada nominal para votação.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Solicito verificação da chamada nominal porque vários Deputados que responderam a chamada já se retiraram do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sr. 1º Secretário fará novamente a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) - (faz a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Responderam a chamada 17 Srs. Deputados. Não há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Apenas para registrar, antes que V. Exa. encerre, estou pedindo pela ordem, como as coisas aqui são tratadas quando se trata da questão de funcionário público. Ontem dizíamos e em outras oportunidades temos di-



to, lamentavelmente, é desta forma que se procede quando a questão é salário de funcionário público.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**) - Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, convidando os Senhores Parlamentares para a realização do "Fórum Madeireiro 93", a ser realizado nos dias 26 e 27 do corrente mês, a partir das nove horas.

Convido ainda, os Srs. Deputados para a Sessão Especial de Lançamento do Programa de Comemoração dos 140 Anos do Estado do Paraná, a realizar-se às quinze horas do dia 30 de agosto.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - das Proposições n°s 031, 032, 034, 035, 038, 039 e 040/93.

**EM VOTAÇÃO**

2.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei n° 367/92 e 184/93.

3.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n° 265/93.

2.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei n°s 039, 166 e 276/93.

1.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei n°s 008, 040, 395, 421, 437 e 438/93; do Projeto de Lei Complementar n° 046/93 e do Projeto de Resolução n° 012/93.

Levanta-se a sessão.

**Atos da Comissão Executiva:**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 268/93**

I - exonerar, a pedido, GIOVANI DE JESUS PESSUSCKI, do cargo em Comissão símbolo 4-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de agosto de 1993;

II - prover, MARIA MEIRE MAIA CLEVE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Presidência, a partir de 1° de agosto de 1993;

III - autorizar MARIA MEIRE MAIA CLEVE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de agosto de 1993,

de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 269/93**

I - exonerar, a pedido, TÂNIA MARA DE OLIVEIRA PERONDI, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1° de agosto de 1993;

II - prover, AYMAR TEREZINHA BITTEN-COURT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1° de agosto de 1993.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 270/93**

I - exonerar, a pedido, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de agosto de 1993;

II - prover, MARCELO LASPERG DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de agosto de 1993;

III - exonerar, a pedido, RONEY MAILU DE LAZZARI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1° de agosto de 1993;

IV - exonerar, a pedido, MAILISE REJANE ROHDE, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de agosto de 1993;

V - prover, MAILISE REJANE ROHDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1° de agosto de 1993;

VI - prover, RONEY MAILU DE LAZZARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1° de agosto de 1993.

(Protoc. n° 7546).

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 271/93**

I - exonerar, a pedido, ADRIANA PICOLI CREPLIVE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de agosto de 1993;

II - prover, ALICE MUSSALAN PRESENDE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1° de agosto de 1993.

(Protoc. n° 7972)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.08.93.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 272/93**

I - exonerar, a pedido, FLORISVALDO RAIMUNDO DE SOUZA, do cargo em Comissão, Símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1° de agosto de 1993;

II - prover, JOSÉ MARIA TARDIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier,

a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8188)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.08.93.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 273/93

I - exonerar, a pedido, RAFAEL STADNICK, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - prover, RAFAEL STADNICK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de agosto de 1993;

III - prover, ANA CRISTINA PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8356)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.08.93.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 274/93

I - exonerar, a pedido, LILIANE VIEIRA BIANCO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - prover, JOAO TEODORO DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8545)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 275/93

I - exonerar, a pedido, ENERY KLOTH, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - prover, WALTER ROBERTO KLOTH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8562)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.08.93.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 276/93

I - exonerar, a pedido, GESIANI PIERI FALAT, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - prover, GESIANI PIERI FALAT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de agosto de 1993;

III - prover, LORENI ALVES LEITE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8599)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 277/93

I - exonerar, a pedido, VICTOR VOLPI

JUNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - prover, VICTOR VOLPI JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de agosto de 1993;

III - prover, ADRIANO RICHIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8602)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 278/93

I - exonerar, a pedido, DIRCEU GOMES MENDES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - prover, MARIA CRISTINA DE PAULA MULLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8642)

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.08.93

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 279/93

I - exonerar, a pedido, MUNIRA PELUSO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - prover, DORIVAL SELBACH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8661)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 280/93

I - exonerar, a pedido, ANA CLÁUDIA DE PAULA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - exonerar, a pedido, PATRÍCIA LETÍCIA UBA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de agosto de 1993;

III - prover, JACIR ESTEVÃO DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de agosto de 1993.

(Protoc. n° 8716)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 281/93

I - exonerar, a pedido, RODRIGO BORGES DE LIS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretária, a partir de 1º de agosto de 1993;

II - prover, RICARDO BORGES DE LIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 4ª Secretária, a partir de 1º de agosto de 1993;

III - autorizar RICARDO BORGES DE LIS,

a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 8717)

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.08.93

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 282/93

Art. 1º - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, Efetivos e Inativos reajustes em seus vencimentos, a partir de 1º de agosto de 1993, conforme especifica:

I - Quarenta por cento (40%), aos servidores ocupantes dos cargos de nível N.U-2, N.U.-3, N.U-4, N.T-0, e as pensões pagas por este Poder Legislativo, a qualquer título;

II - Trinta e cinco por cento (35%), aos servidores de Regime Jurídico Único, C.L.T., e os ocupantes dos cargos de nível N.T.-1, N.T-2, N.T-3, N.T-4, N.T-5, N.U-5 e N.B-1;

Art. 2º - Os cargos em Comissão e a Gratificação de Representação de Gabinete, ficam fixados nos valores constantes do Anexo I.

Art. 3º - Cincoenta e dois por cento (52%), os cargos em Comissão, símbolo "G".

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 84,62 (oitenta e quatro cruzeiros reais e sessenta e dois centavos).

Art. 5º - O valor da Gratificação de Produtividade, fica fixada em Cr\$ 658,11 (seiscentos e cinquenta e oito cruzeiros reais e onze centavos).

Art. 6º - Reajustar em Quarenta e Oito por cento (48%) o valor da Função Gratificada;

Art. 7º - Reajustar em Trinta e dois por cento (32%) o vencimento básico dos Procuradores deste Poder;

Art. 8º - O limite a ser pago a qualquer título, aos servidores desta Assembléia Legislativa, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário de Estado, acrescido de trinta e cinco por cento (35%);

Art. 9º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1993, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.08.93

(aa) ORLANDO PESSUTI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO

2º Secretário

ANEXO I

VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO
DAS-1: 31.407,09	47.859,66
DAS-2: 28.065,22	42.598,34
DAS-3: 26.060,26	39.555,29
DAS-4: 22.536,89	34.206,81
DAS-5: 20.508,54	31.128,54
1-C: 13.235,01	7.777,96
3-C: 11.283,31	6.630,99
4-C: 10.422,15	6.124,90
6-C: 9.209,01	5.227,76

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Arlindo Troian, Paulo Maia, Emilia Belinati, João Iensen, Toti Colaço e Luiz Antonio Setti. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 380/93 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 367/92 do Deputado Dr. Rosinha. PARECER FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 3) Proposição Veto nº 45/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 183/93 do Deputado Ernani Pudell. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 349/93 do Deputado Antônio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 335/93 da Deputada Emilia Belinati. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 314/93 do Deputado Algaci Túlio. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 365/93 do Deputado Namir Piacentini. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 8) Projeto de lei nº 395/93 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 381/93 do Deputado Antonio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 10) Projeto de lei

nº 393/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 364/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 12) Proposição Veto nº 41/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 257/92 de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Lygia Pupatto. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 377/93 do Deputado Luiz Antonio Setti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 14) Projeto de Lei Complementar nº 421/92 do Deputado Alceu Swarowski. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 293/93 do Deputado Nelson Garcia. Concedido vistas ao Deputado Nilton Barbosa; 16) Projeto de Lei nº 361/93 do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 346/93 do Deputado Toti Colaço. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 159/93 do Deputado Heinz Herwig. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 351/93 do Deputado Antônio Annibelli. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 374/93 do Deputado Djalma de Almeida César. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 387/93 do Deputado Carlos Simões. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 390/93 do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 384/93 do Deputado Toti Colaço. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 396/93 do Deputado Namir Piacentini. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 358/93 do Deputado Lourenço Fregonese. PARECER FAVORÁVEL na forma da Emenda Substitutiva, do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 26) Proposição Veto nº 30/93 do Deputado Cezar Silvestri. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Artur Ritti - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 9.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e três,

reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões a Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 312/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado José Alves. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 355/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado José Alves. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 356/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado José Alves. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 357/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado José Alves. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI

Presidente

Richard R. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 10.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões a Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações, presidida pelo Presidente NAMIR PIACENTINI. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 209/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado José Alves. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 295/93, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relator Deputado Arlindo Troian, PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 325/93 de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Arlindo Troian. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 04) Projeto de lei nº 353/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Élio Rusch. PARECER FAVORÁVEL APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 368/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 370/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Arlindo Troian. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 354/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Heinz Georg. PARECER FAVORÁVEL APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 181/92, do Deputado Cleiton Kielse. Relator Deputado Heinz Georg. PARECER FAVORÁVEL

VEL APROVADO.

(aa) NAMIR PIACENTINI

Presidente

Richard R. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DA AGRICULTURA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 5.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de hum mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, constando da Ordem do Dia o Relato do Pro-

Curitiba, quarta, em 25.08.93

jeto de Lei n.º 296/93, tendo como Relator o Deputado Antônio Costenaro. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Relator que apresente seu Parecer. Projeto de Lei n.º 296/93, Parecer Favorável, colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais. Sala das Comissões, em 19.08.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX

Presidente

Rubens Bremer - Secretário